



A N A I S

**do I Simpósio de Professôres de
História do Ensino Superior em 1961**

**MARÍLIA
1962**

**I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA
DO ENSINO SUPERIOR**

(15 A 20 DE OUTUBRO DE 1961)

Promovido pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Marília, instituto
isolado de ensino superior do Govêrno
do Estado de São Paulo.

MARÍLIA

1962

HISTÓRIA DO BRASIL, PROGRAMA DE CULTURA, CONSCIÊNCIA E PATRIOTISMO

Pedro Calmon

Senhor Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, esta admirável escola que nos hospeda, meus prezados confrades do I.º Simpósio de Professôres de História, senhoras e senhores, juventude estudiosa.

Antes de mais uma retificação: não vou dizer uma conferência, senão conversar com intimidade em mesa redonda, obediente, como se está vendo, às exigências da platéia, sobre uma História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo, em mesa-redonda, digo, de especialistas e colegas, dando à singeleza das minhas declarações o caráter quase confidencial da já longa experiência.

Na verdade devemos, lançando um olhar retrospectivo às tentativas de elaboração de uma História do Brasil, verificar que durante largo tempo a prejudicou um preconceito imperativo que poderia classificar-se em três fases.

A primeira fase, que chamaria um período naturalista ou colonial, em que o primado é da natureza, segundo a idéia paradisíaca de que o Brasil era a melhor terra do mundo e que aqui, acima e além do esforço humano, o que havia de mais historiável era a paisagem: a Geografia domina a História. A História do Brasil é antes a história natural do Brasil. Há inais panorama do que enrêdo. Eu bem chamaria com um pouco de audácia de Período Naturalista, que vai desde o primeiro brasileiro que escreveu história, o meu conterrâneo Frei Vicente de Salvador, autor de uma História do Brasil, já com êste nome (que tanta falta fêz aos seus continuadores — até ro final do século XIX ser descoberto na Tôrre do Tombo o manuscrito), a outro conterrâneo meu, o retórico Sebastião

da Rocha Pita, o mais gongórico, porém não menos interessante dos nossos cronistas. Nêles o traço predominante é o da descrição da natureza, um prefácio indígena da História do Brasil, com os capítulos curiosos da flora e da fauna, obscurecendo ou relegando a segundo plano o histórico pròpriamente dito.

Seguiu-se a fase anti-lusitanista, ou fase imperial, acompanhada na República do período anti-imperial ou partidarista da História do Brasil. Esse segundo período, o anti-lusitanista, conheceu três atitudes por parte dos autores: a primeira, polêmica e negativista; a segunda, a omissa e desdenhosa, para exemplificar, a de Varnhagen, o príncipe, sem dúvida, da nossa literatura da espécie, e honra seja a São Paulo. Não esqueçamos que Varnhagen, subscreveu a sua primeira edição publicada em Madrid (vide R. Borba de Moraes, Bibliografia Brasileira) dizendo-se natural de Sorocaba, e a termina com a independência do Brasil, fazendo **tabula rasa** da história política contemporânea. Embora funcionário leal e amigo da Dinastia, considerava o reinado próspero de D. Pedro II uma espécie de fêcho lógico e ideológico da História do Brasil. E o terceiro grupo dos cronistas didáticos **ad usum Delphini**, os que escreviam os compêndios reclamados pelos colégios oficiais, segundo o venerando padrão do Colégio Pedro II, e em cujo questionário havia perguntas como esta, de ingênua e saborosa característica anti-portuguesa: “teria sido melhor para o Brasil a colonização holandesa ou a lusitana? Foi Calabar um traidor ou um precursor da independência?”

Recordo-me, muito jovem ainda, de quando se me fêz a primeira pergunta: “Qual teria sido melhor para o Brasil, a colonização holandesa ou a colonização portuguesa?” — logo me acudiu uma resposta: para alguém, o que teria sido melhor, ser o filho de seus legítimos pais ou de um magnate que os substituisse? Mas tenho a impressão de que a matrícula de herdeiros se acha encerrada, ou pelo menos não está aberta às inscrições voluntárias e creio, sem desdouro para os que naquele tempo usavam tal pedagogia, que havia um traço de ingenuidade nesta opção absurda, entre o que poderíamos ter sido e

o que fomos inevitavelmente. Quanto a ter sido Calabar um traidor ou um profeta da insurreição nacional, tenho a impressão de que deveria ser argumento judiciário a aplicar-se por seus advogados perante o tribunal de sangue de Pôrto Calvo, não é problema para a historiografia moderna. E dou por encerrado o período imperial.

Veio o republicano, que simbolizo na figura pitoresca do mestre jacobino da História do Colégio Dom Pedro II em cujas aulas evidentemente, como Michelet na França, negando a glória de Luiz XIV em homenagem à Revolução Francesa, todo o período monárquico fôra uma preparação ominosa da alvorada auriverde de 15 de novembro. Ora, evidentemente êsses preconceitos retardaram de um século a visão límpida ou, para ser mais exato ou menos enfático, a visão didática da História do Brasil como o exigia a cultura nacional.

Fruto dessa controvérsia que vinha sedimentando, através das épocas, não o conceito mas o preconceito da História, encontramos uma figura de transição que conheci, muito novo, já no Rio de Janeiro, o velho João Capistrano de Abreu. Peço ao auditório um momento de inveja, dizendo-lhe que conheci, em colóquios cheios de malícia e luz, Capistrano de Abreu, no porão em que vivia, com a sua rêde de algodão do Ceará, entre vocabulários guaranis e alemães, na Travessa Honorina. Capistrano, viuvo e misantropo, era um admirável septuagenário de cara larga, orlada de barba de caipira, e que me recebeu, quando Rodolfo Garcia, saudoso mestre e querido amigo, bibliotecário do Instituto Histórico, a êle me levou, balouçando-se naquela rêde sertaneja e com uma frase pronta para me tirar de entrada qualquer pretensão:

— “Môço, li o seu artigo no jornal. (Um artiguete qualquer, com que ensaiava a minha precária literatura histórica). Li o seu artigo no jornal, vejo que se inclina para a História, mas vou lhe dar um conselho. Não pense em escrever a História do Brasil. É impossível: História do Brasil só poderá escrever-se daqui a um século”. Eu que tinha já as minhas aspirações sôbre essa síntese que tardava da história nacional, armei-me com a petulância que tem a juventude; real-

mente a coragem, a mais ousada, é atributo da mulher e do m^oço. Contestei-o: “mas, mestre Capistrano, é possível permitir que os nossos estudantes continuem com os compêndios de Macêdo e Mattoso, os velhos epitomes ensebados da pedagogia do Pedro II do século XIX, e nós, os que podemos, ou Vossa Excelência que pode escrever uma História do Brasil, nos recusemos a êste serviço”? Ele me fulminou com o seguinte raciocínio: “Qualquer História do Brasil feita neste momento será discursiva, será uma história retórica. A História do Brasil exige que lhe organizemos primeiro os materiais através de duas naturezas de trabalho, paciente e científico: a primeira, a reedição crítica dos livros fontes. (Capistrano na linha da republicação das cartas jesuítas descobrira o nome verdadeiro do autor da “Cultura e opulência do Brasil”, Antonil, ou padre jesuíta João Antônio Andreoni. Nessa noite não foi por seus pés para casa, porque se embriagou no meio de amigos, no passeio público. Êbrio de alegria, naquela época em que a boêmia intelectual festejava dêste modo as descobertas, científicas e literárias). E a segunda natureza de trabalho indispensável: a rebusca de nossos arquivos, a maioria dêles inéditos, a exemplo do que está fazendo — a nossa conversa foi em 1927 —, com todo sucesso Afonso Taunay em São Paulo”.

Não disse para não ser malcriado, mas pensei comigo mesmo: mestre Capistrano não tem grande autoridade para falar de arquivos porque, não tendo ido a Portugal, nem freqüentado como João Lisboa e Gonçalves Dias, a T^orre do Tombo, publicou com êrros graves o apógrafo da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, perpetrando o equívoco de enxertá-lo com capítulos de Frei Antônio de Santa Maria, n^o “O Santuário Mariano” que êle julgava que eram capítulos extraviados do original do franciscano da Bahia. Se êle tivesse ido a T^orre do Tombo, lá teria visto que o volume manuscrito da História de Frei Vicente do Salvador está completo e acabado, portanto não pode ser enriquecido com nenhum outro texto que lhe seja atribuído.

Mas saí dali desapontado e aflito. Uma ducha de água gelada no meu entusiasmo. Era impossível escrever-se a Histó-

ria do Brasil: isto se pensava em 1927. Capistrano de Abreu morreu no ano seguinte, 1928.

E qual a consequência desta meditação? Que no fundo o glorioso Capistrano, à míngua do texto que não escrevia, limitava-se a anotar o de Varnhagen, que êle considerava que ainda era a melhor coisa corrente sôbre a história pátria. O resultado era que a História do Brasil era uma casa pequena e brasileira cujas chaves estavam no estrangeiro. Os grandes autores da História do Brasil eram, ai de nós, Robert Southey, Beauchamps, servilmente imitado pelos autores didáticos da primeira metade do século XIX, textos oficializados nos nossos ginásios oficiais, e Handelman com seu novo método germânico ou científico da História do Brasil, de que há reflexos no plano historiográfico de João Ribeiro de 1900. E, a propósito da história regional, houve outros textos, todos êles de autores que não viram no seu conjunto, ou viram de longe o Brasil.

Realmente a minha geração despontou para o trabalho sob o pêso desta penúria, angustiada por esta carência; nós éramos um monstro geográfico evidentemente microcéfalo. Era um país sem a sua consciência histórica e, entretanto, não nos podíamos queixar. Isto lá por 1930, quando a minha geração se apresentou valentemente para disputar o seu lugar ao sol. Não nos podíamos queixar, tanto da abertura dos arquivos, e quero aludir sobretudo a São Paulo, como em relação às monografias e à história regional. O que faltava, na historicografia brasileira, era o sentido da síntese explicativa do desenvolvimento nacional. História provinciais, nós as tínhamos em abundância.

Queira alguém organizar uma **Brasiliana** e divida esta **Brasiliana** por províncias e observará que o volume da cultura histórica neste domínio é assaz deslumbrante. Há excelentes monografias regionais em todo o Brasil e, digo eu, monografias locais. E' um balanço que as Faculdades de Filosofia dos Estados podem e devem fazer, o dessa cultura histórica regionalizada.

Aqui mesmo, nesta deliciosa amostra da jovem cultura de Marília, eu encontro numerosos documentos sôbre a História

desta terra que quase não a tem, porque em Marília se é tentado a imitar o Padre Antônio Vieira. Muito mais do que história do passado, temos de fazer a história do futuro. Pois bem, há monografias sobre a origem do município, já há controvérsias, porque não foi o coronel fulano, foi o coronel sicrano, não em tal lugar que se fez a primeira rua, foi em outro lugar; quer dizer, toda a problemática histórica já se está elaborando. São Paulo pode, e ninguém melhor do que Rubens Borba de Moraes para afirmá-lo, pode encher uma imensa biblioteca com a sua história regional. Portanto não nos queixemos nem do provincialismo histórico, nem da documentação revelada. Os nossos arquivos têm uma originalidade.

O século XVI ficou perdido para a nossa historiografia, não somente na Bahia e Pernambuco, os grandes núcleos de população, devastados pelas guerras holandesas, onde se perdeu toda a documentação anterior a ela, como no Rio de Janeiro por motivo diferente. Aí, em 1798 ardeu o Arquivo do Senado da Câmara. No Rio de Janeiro também do século XVI praticamente nada existe quanto aos arquivos. Na Torre do Tombo é de grande pobreza o arquivo português sobre o século XVI. Examinei-o pessoalmente e ativamente. O arquivo brasileiro de Portugal só se torna opulento e importante a partir de 1642, quando, criado por D. João IV, o Conselho de Ultra Mar, este organizou o seu cartulário através do qual hoje se guarda no Museu de Ultra Marino, no velho Paço do Conde da Eza à Junqueira, cerca de um milhão e quinhentos mil documentos sobre o Brasil. Aliás, recentes números da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, contém essa documentação catalogada no Museu do Arquivo de Ultra Marino. Em resumo, os arquivos portugueses são ricos sobre o Brasil a partir do século XVII. Portanto os documentos paulistas sobre o século XVI, que se começaram a revelar em 1920 graças a Washington Luiz e Afonso de Taunay, essa rica série que me dei o trabalho, aliás, de ler de fio a pavio, do Registro da Câmara, das Atas da Câmara, dos Inventários dos Bandeirantes, Inventários e Testamentos, etc., essa formidável coleção tem um valor patente e em nenhum outro sítio do Brasil se encontra tão far-

ta documentação sôbre o século XVI brasileiro. Pois bem, a despeito, repito, da riqueza arquivística e da história provincial, carecíamos de um sentido de síntese pelo qual ousássemos a aventura que estava desafiando a nossa coragem de vencer os preconceitos, de perpetrar a síntese da História do Brasil.

Evidentemente a história é o historiador. Discutiu-se ontem com muita lucidez o que deve ser matéria historiável ou motivo de programa didático de História nos cursos secundários, superiores, etc.. Evidentemente tudo é história. A história depende de ângulo de visão pelo qual a tomemos. A história é o homem que a faz. Cada um é o soberano juiz da história que escreve. Quando se trata então da biografia, o historiador como que se sublima. Adquire a sutileza, algo angélica, às vezes diabólica, de insinuar-se na alma do seu personagem, e como romancista descobre-lhe as reações emocionais e sentimentos secretos, que transpõe para a sua narrativa, de tal modo que eu creio que muito biografado não se reconheceria na biografia feita por audazes biógrafos.

Mas o que importa, é que, na realidade, a História é o historiador: se o historiador é liberal a História tem êste sentido; se êle é reacionário a História lhe obedece à ideologia; se é revolucionário a História pode ser uma tese; se é meramente informativo a História é um texto descritivo; se tem um sentido poético a História é uma obra de arte; se tem transcendência meditativa, especulativa, pode ser um documento filosófico. Quer dizer, no fundo, o que prevalece, na História, é o historiador. Ora, se a contingência humana é assim, se isto é inevitável, se nisto prevalece o que Montaigne dizia "l'humaine condition" se não podemos abstrair da História o autor, e se cada um a conta a seu modo, como a testemunha depõe sôbre o caso que viu e que interpreta, eis aí o primeiro grande problema da literatura e do ensino da História: elaborar uma História do Brasil a menos pessoal e a mais brasileira possível! Como extrair, na medida do possível, a impertinente influência do autor, para que o texto seja o mais objetivo possível? E' claro que da malícia do público está surgindo o seguinte: procura-se um homem isento de paixão, es-

tudioso e que conte da maneira mais aceitável possível a história que pedimos. Evidentemente não se trata no caso de procurar este apóstolo, porque ainda aí a história seria quem sabe insuportável, porque ela tem que ser perfeita e humana, levando a garra da personalidade através de cujos nervos é filtrado o recente, como qualquer matéria literária e, não esqueçamos, apesar das suas pretensões a ciência, a História é uma obra de arte que possamos petrar.

Na verdade a História obedecerá, para que se realize aquela objetividade ou aquêlo préstimo que lhe requeremos, a uma linha diretiva. A História, antes de mais nada, deve ter o seu roteiro, como a pintura o seu ponto áureo. Apelo para os artistas presentes que os sei numerosos, que me digam se é possível projetar um painel sem ter em vista a unidade, obedecendo a um ponto áureo, que é o centro virtual da composição. Não é possível.

A História deve obedecer igualmente a uma diretiva. É claro, que se essa diretiva fôr econômica, se essa diretiva fôr estética, se essa diretiva fôr política ou ideológica, se essa diretiva fôr informativa, descritiva ou historizante, padecerá a História de uma dessas deformações. Portanto para que essa diretiva seja a mais coincidente com o desígnio do autor, de fazer uma História do Brasil, e não uma história de tendências ou pormenores em tórno da História do Brasil, ela deve ser então global. E qual é o global? Eis a grande preocupação de quem arquiteta um plano a êsse respeito. Qual é o global da História do Brasil? Antes de mais nada, voltamos a um pensamento de Jaspers. E' o tempo eixo, a história é o inevitável, porque ela no passado se remonta às origens mais longínquas e não pode parar no tempo presente. Ela tem desenvolvimento natural da vida humana. Ora, temos de limitá-la a um tempo eixo.

Somos no Brasil, louvado Deus e é consôlo para os colegas da especialidade, uma cultura de tempo limitado.

O meu reverendo confrade, que eu deveria dizer compadre, (na língua portuguesa não existe esta minúcia), declarou que já não se pode abarcar a História Antiga ou Me-

dieval. Correto, como dizem os americanos, correto. Mas no Brasil é uma história realmente limitada. Nós temos estudado do século XVI para cá. Para dizer em arte, brasileiro é de barroco até modernismo, e é verdade, porque já era um gótico corrompido e espirante o estilo manoelino, que desaparece com o rei que lhe deu o nome. Aliás, quem lhe deu o nome foi o paulista Varnhagen, que chamou de manoelino, mas em todo caso manoelino é de El Rei D. Manoel, que em 1521, morrendo D. Manoel, já D. João III manda fazer em estilo neo-clássico, o claustro do Convento de Jesus de Tomár, início do barroco que veio com os jesuítas para o Brasil. Portanto, o Brasil é barroco em arte, o Brasil é renascente em cultura, o Brasil é país moderno se entrarmos nesta definição clássica de História Moderna e Contemporânea. Ora, é uma história de quatro séculos e meio, portanto uma fatia de tempo que podemos quase abarcar com a vista. Observação que fiz algum tempo e repito, porque parece experimentalmente válida, a História do Brasil além dos arquivos e das fontes bibliográficas arcaicas, pode ser revista na nossa própria geografia, pois as culturas convivem ainda no país e por pouco tempo mais. Vamos aproveitar êstes últimos momentos da convivência das culturas.

Quem quiser ver o século XXI vá a São Paulo de hoje ou a Brasília. Quem quiser ver o século XX contente-se em freqüentar aquela aldeia deliciosamente paisagística, que nós com saudade e emoção sempre evocamos, o Rio de Janeiro. O século XIX está em São Luís do Maranhão. Visitando São Luís do Maranhão eu me encontrei de repente no século XIX, e em algumas ladeiras velhas da minha querida cidade da Bahia, capital dêste império sutil que eu costumo classificar de imperialismo baiano, tão dignamente representado nesta assistência. O século XVIII está mumificado em Minas Gerais. Quem quiser ver o século XVIII, mas não apenas o aspecto arquitetônico, as técnicas de trabalho, a conservação dentro de casa dos processos de vida, vá a uma velha cidade mineira como Sabára e Ouro Preto. O século XVII, o século bandeirante, ainda encontramos, quem sabe, nesse oeste distante. O século XVI com o índio, o padre e o sertanista, ainda é um aspecto mi-

litante da igreja missionária, onde há tribos indígenas, no Acre, em Mato Grosso, no Brasil Central e alhures.

Ora, a História do Brasil, portanto, oferece uma área restrita ao estudo e à observação. Como seguir aquela linha de roteiro que eu designei como diretiva geral, que poderá nos levar para os desvios da especialização, mas que deve, em se tratando de síntese, englobar o que há de mais geral nela?

Se deixamos de lado o provincianismo histórico e procurarmos seguir o enrêdo da civilização brasileira, o sentido geral da História do Brasil é uma das constantes de tôda a bibliografia da espécie. Já os primeiros autores portugueses, milagrosamente quase, tinham em vista não uma determinada zona do Brasil, por exemplo a Bahia, Pernambuco, São Paulo; já tinham em vista o Brasil. O Brasil é um caso raro de um país que idealmente surge como Minerva da cabeça de Júpiter, armada e adulta na visão e da previsão de seus primeiros cronistas. Vejamos Pêro de Magalhães Gandavo, que outros chamam Gândavo. Previno os senhores contra esta outra praga que acomete a árvore da História, que é a discussão sôbre acentos. Gilberto Freire, a propósito, me contava com muita graça, aquela anedota que corre no Recife, nas escolas de Pernambuco sôbre — “o oceano é o túmulo digno do último almirante batavo”. Dizem que o almirante afundou dizendo essas palavras e voltou à tona e gritou: “ou batavo, como querem outros”.

Mas de qualquer maneira, Pêro de Magalhães Gandavo escreve “História da Província de Santa Cruz, ou Terra do Brasil”. Frei Vicente do Salvador 50 anos depois, “História do Brasil”. Sebastião da Rocha Pita, no século seguinte, “História da América Portuguesa”. Quer dizer, nem da Bahia, nem de São Paulo, nem de Pernambuco; história do conjunto brasileiro. Quer dizer a Civilização Brasileira pode ser apreciada no seu conjunto, portanto o que devemos, antes de mais nada, perseguir, é o fim, o diretivo dessa idéia, a idéia de que o Brasil é uma civilização, esta civilização no seu conjunto sem desenvolver; e como seguirmos êsse roteiro? Pelo único itinerário possível, a História do Estado. Dir-se-á: grave defeito, a história política primando sôbre a história social. Porém não

há outra maneira de se dar coerência a um trecho, senão tomando um critério para aviação. O critério é este, a história do Estado brasileiro; por que? Porque a história do Estado, isto é, a história da civilização, tendo em vista a elaboração de uma consciência nacional, as suas etapas políticas até a independência, império, república, daquilo que “vertebra” a História, como a espinha dorsal permite a verticalidade humana, porque sem essa ossadura a história se reduziria àquela cartilagem plástica e amorfa, sem a qual não teríamos a visão do desenvolvimento brasileiro.

Agora, chego queimando as etapas, como propõe o nosso mestre de Louvain, ou melhor, como ele critica, porque o tempo urge; o tempo, que é matéria-prima do historiador, agora é o seu inimigo. A filosofia dessa história, como poderá a História do Brasil ser feita, tendo em vista as necessidades de conhecimentos do povo? Ela não terá uma idéia que dê a tudo isso uma animação virtual? Sim, há uma filosofia espontânea da História do Brasil e eu chamo, embora cometa um abuso, de usar uma palavra do dia, e tenha pessoalmente alergia ao “slogan”, eu tenho de chamar-lhe “a filosofia do desenvolvimento e da integração”.

Realmente, a História do Brasil se parece muito com a história de um organismo. Platão dizia que o Estado é um homem grande. Realmente a história de um país é um pouco a história do macro-organismo social.

Tudo da História do Brasil tende para o desenvolvimento e integração. Quer dizer, uma linha progressiva que se não descontinua, e tendo como base geográfica a ocupação integral do território. Esta filosofia do desenvolvimento e da integração constitui uma espécie de dínamo que mobiliza toda a energia que constitui a História, cujo método há de ser — e aí um ponto polêmico que deixo à meditação dos colegas — não, o que seria imperdoável, de acordo com a nossa atitude atual. O século XVIII visto por um homem de 1961, o século XVII julgado pela nossa ênfase bandeirantista, o século XVI condenado pelas nossas prevenções religiosas, mas tudo considerado com o transporte mental do historiador para a época, por-

que a pior história é a história, pela qual o historiador em vez de se situar no tempo, chama o tempo para a sua ambiência particular e então julga, da altura do seu tribunal interior, os homens e os fatos pelos preconceitos e pelas idéias contemporâneas! Isto eu considero um atentado à ciência. Considero incientífico e meramente retrógrado. A história nos tem de transportar para o tempo historiável, a fim de compreendê-lo, cu então estamos fazendo uma literatura mutável sempre que se encontre o último papel que revela a última verdade, a precária verdade dos arquivos, “testis unus testis nullus”. E sobretudo êste anacronismo, que é em história inaceitável, pelo qual nós reputamos tal personagem um retrógrado ou tal personagem um herói, segundo as modas transitórias. E’ o que explica por exemplo o que em Pernambuco constituiu durante larga época uma espécie de brilho local: o “nassovismo” de Maurício de Nassau. Ah! se Maurício de Nassau continuasse a governar Pernambuco, que pontes nos daria!

Quero terminar — porque longe nos levaria esta palestra ao pé do fogo, como aqui se dizia em certa época da política paulista — esta conversa, êste colóquio, esta digressão ou, para ser mais exato, esta confidência, com o seguinte pensamento: “Tudo em História é aceitável; é aceitável a tendência, porque, repito, a História é o historiador, é aceitável a ideologia; a História se filtra de acôrdo com as interpretações que queiramos dar, como a côr dos objetos pela côr dos vidros em que os vemos”.

Atravessei uma vez o deserto do Texas, nos Estados Unidos, num comboio de vidro azul. Como o vidro azul combinado com o amarelo da areia dá verde, tínhamos a impressão de estar atravessando o paraíso. Era o azul da vidraça do comboio que punha a côr da primavera no fulvo, áspero e estéril deserto do Texas!

Ora, tudo é perdoável em História, menos a mentira, menos a falsidade, menos a afirmação contra a evidência do documento, menos a distorção do fato, menos a ignorância do fato, menos o sofisma do fato, pelo qual o fato seja considerado não

como existiu, porém como queria o historiador que tivesse existido!

Quer dizer, para sermos completos, tôdas as virtudes atribuímos ao historiador, só lhe negamos o direito a ter um defeito: não pode ser fraudulento, como Jean Jacques Rousseau, nessa espécie da fraude histórica em que inventou o homem que nasce livre. Disseram-lhe: mas o homem nos princípios das épocas era um bárbaro, como poderia êle ter composto o Contrato Social? E aí Rousseau imita Voltaire: “Se Deus não existisse, forçoso seria inventá-lo”. Diz Rousseau: “O homem primitivo pode não ter existido porém dêle necessitava para a minha teoria”.

Não podemos, minhas senhoras e meus senhores, fazer a história ao sabor do presente, como gostaria que ela se tivesse desenvolvido, para justificar a tese, para honrar a minha ideologia, para justificar a conduta, para abonar o preconceito.

Portanto, a alma da História, — falando em filosofia, falamos de arquitetura ou de anatomia da História, vamos também lhe dar uma alma —, a alma da história é a verdade.

Agora, se os senhores me perguntarem onde está a verdade, eu, ainda invocando tantos eclesiásticos ilustres presentes, virtuosamente silenciará, “Jesus autem tacebat” — Jesus também se calou.